



REGULAMENTO DO ENSINO DE ADULTOS

ANEXO V DO REGULAMENTO INTERNO



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

ANEXO V - REGULAMENTO DO ENSINO DE ADULTOS 2026-2030

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR.^a LAURA AYRES-145336

Ficha Técnica

Título: Regulamento do Ensino de Adultos

Entidade: Agrupamento de Escolas Dr.^a Laura Ayres – 145336

Autores: Conselho Pedagógico

Data: fevereiro de 2026

Contactos

Agrupamento de Escolas Dr.^a Laura Ayres – 145336

Rua do Forte Novo 8125-214 Quarteira

351 289 373 700|+351 934 778 168

gestao@esla.edu.pt

www.esla.edu.pt



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

Responsabilidade pelo documento

Versão	Data	Descrição da versão	Aprovado por
1.0	Até 23/01/2026	Redação do documento	
1.0	10/02/2026	Apreciação	Conselho Pedagógico
1.0	24/02/2026	Aprovação	Conselho Geral

Controlo das revisões do documento

Versão	Data	Secção Revista	Descrição da revisão



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

Conteúdo

PREÂMBULO	6
CAPÍTULO I CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS	6
Artigo 1º Definição	6
Artigo 2º Objeto e âmbito	6
Artigo 3º Destinatários	6
Artigo 4º Entidades promotoras e formadoras	7
Artigo 5º Estrutura Curricular	8
Artigo 6º Organização e desenvolvimento da formação	9
Artigo 7º Referencial de competências e de formação	9
Artigo 8º Condições e acesso e organização dos cursos EFA	10
Artigo 9º Carga horária	10
Artigo 10º Constituição dos grupos de formação	11
Artigo 11º Contrato de formação e assiduidade	11
Artigo 12º Justificação de faltas	11
Artigo 13º Direitos e deveres dos formandos	12
Artigo 14º Regime disciplinar	13
Artigo 15º Equipa pedagógica	13
Artigo 16º Mediador pessoal e social	13
Artigo 17º Reposição de aulas	14
Artigo 18º Avaliação – Objeto e finalidades	15
Artigo 19º Princípios da avaliação	15
Artigo 20º Documento Orientador da Avaliação	15
Artigo 21º Critérios de Avaliação	15
Artigo 22º Prosseguimento de estudos	16
CAPÍTULO II FORMAÇÃO MODULAR CERTIFICADA	16
Artigo 23º Definição	16
Artigo 24º Objeto e âmbito	16



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

Artigo 25º	Objetivos.....	16
Artigo 26º	Destinatários.....	17
Artigo 27º	Condições de Acesso	17
Artigo 28º	Contrato de formação e assiduidade	18
Artigo 29º	Justificação de faltas.....	18
Artigo 30º	Direitos e deveres do formando.....	18
Artigo 31º	Regime disciplinar.....	18
Artigo 32º	Formadores.....	18
Artigo 35º	Constituição dos grupos de formação.....	19
Artigo 36º	Processo de avaliação.....	19
Artigo 37º	Critérios de avaliação	20
Artigo 38º	Processo de certificação.....	20
CAPÍTULO III PORTUGUÊS LÍNGUA DE ACOLHIMENTO		21
Artigo 39º	Definição.....	21
Artigo 40º	Destinatários.....	21
Artigo 41º	Entidades formadoras	22
Artigo 42º	Inscrição dos formandos.....	22
Artigo 43º	Organização do curso	22
Artigo 44º	Grupos de formação.....	23
Artigo 45º	Contrato de formação e assiduidade	23
Artigo 46º	Justificação de faltas.....	23
Artigo 47º	Direitos e deveres do formando.....	23
Artigo 48º	Regime disciplinar.....	24
Artigo 49º	Formadores.....	24
Artigo 50º	Reposição de aulas	24
Artigo 51º	Métodos e técnicas pedagógicas.....	24
Artigo 52º	Avaliação.....	24
Artigo 53º	Certificação.....	24
CAPÍTULO IV ENSINO RECORRENTE NOTURNO EM REGIME NÃO PRESENCIAL		25
Artigo 54º	Objeto	25
Artigo 55º	Regimes de frequência	25
Artigo 56º	Matrícula.....	26



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

Artigo 57º	Organização dos cursos	26
Artigo 58º	Coordenação dos cursos do ensino recorrente.....	27
Artigo 59º	Documento Orientador da Avaliação	27
Artigo 60º	Reapreciação das provas em regime de frequência não presencial	27
Artigo 61º	Conclusão e certificação	27
CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS		28
Artigo 62º	Remissão para a legislação aplicável	28
Artigo 63º	Casos omissos e situações excepcionais.....	28
Artigo 64º	Entrada em vigor	28



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

PREÂMBULO

O presente regulamento define normas de funcionamento e procedimentos aplicáveis aos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), à Formação Modular Certificada (FMC), ao Português Língua de Acolhimento (PLA) e ao Ensino Recorrente em regime não presencial, em conformidade com o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Dr.^a Laura Ayres e a legislação em vigor.

CAPÍTULO I CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

Artigo 1º Definição

1. Os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, na sua redação atual, e criados ao abrigo das Portarias nº 817/2007, de 27 de julho, nº 230/2008, de 7 de março, alteradas pela Portaria nº 711/2012, de 17 de agosto e Portaria n.º 86/2022, de 4 de fevereiro, têm vindo a afirmar-se como um instrumento central das políticas públicas para a qualificação de adultos, destinado a promover a redução dos seus défices de qualificação e, dessa forma, estimular uma cidadania mais ativa, e melhorar os seus níveis de empregabilidade e de inclusão social e profissional.
2. Estes cursos organizam-se numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, enquanto instrumento promotor da (re)inserção

socioprofissional e de uma progressão na qualificação.

Artigo 2º Objeto e âmbito

1. Os cursos EFA obedecem aos referenciais de competências e de formação associados às respetivas qualificações constantes do Catálogo Nacional de Qualificações e são agrupados por áreas de educação e formação, de acordo com a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação.
2. Estes cursos desenvolvem-se segundo percursos de dupla certificação, nos termos da alínea c) do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, e, sempre que tal se revele adequado ao perfil e história de vida dos adultos, apenas de habilitação escolar.

Artigo 3º Destinatários

1. Os cursos EFA destinam-se a pessoas com idade igual ou superior a 18 anos à data do início da formação, sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho e, prioritariamente, sem a conclusão do ensino básico ou do ensino secundário.
2. A título excecional e sempre que as condições o aconselhem, nomeadamente em função das características do candidato, podem ainda ser destinatárias dos cursos EFA as pessoas que, à data do início da formação, ainda não tenham completado 18 anos, desde que comprovadamente inseridas no mercado de trabalho ou quando estejam em causa públicos específicos que se encontrem em situação de particular vulnerabilidade social.



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

3. Para efeitos do disposto no número anterior, o pedido de autorização deve ser submetido:

- a. Ao membro do governo competente pela área da formação profissional, no caso das entidades referidas nas alíneas a) e c) do n.º 3 do artigo seguinte.
- b. Ao membro do governo competente pela área da educação, no caso das entidades referidas na alínea b) do n.º 3 do artigo seguinte;
- c. A qualquer um dos membros do governo anteriores, no caso das entidades referidas na alínea d) do n.º 3 do artigo seguinte.

Artigo 4º

Entidades promotoras e formadoras

1. Podem ser entidades promotoras de cursos EFA as entidades de natureza pública, privada ou cooperativa, designadamente estabelecimentos de ensino, centros de formação profissional, autarquias, empresas ou associações empresariais, associações de âmbito nacional, regional ou local e associações sindicais ou sindicatos.
2. Compete às entidades promotoras assegurar, designadamente:
 - a. Os procedimentos relativos à autorização de funcionamento dos cursos EFA;
 - b. A apresentação de candidaturas a financiamento público;
 - c. A divulgação das suas ofertas formativas;
 - d. A identificação e seleção dos candidatos à formação;
 - e. A organização e disponibilização de toda a informação necessária para os processos de

acompanhamento e controlo por parte das entidades competentes;

- f. A celebração de protocolos com empresas ou outras entidades empregadoras, associações empresariais ou socioprofissionais, ou outras organizações, que se adequem à especificidade da área de formação, bem como às características do mercado de trabalho, com vista ao desenvolvimento da formação prática em contexto de trabalho, quando aplicável, acompanhando as atividades formativas desenvolvidas neste âmbito, bem como ao contributo para a integração ou reintegração dos formandos no mercado de trabalho, sempre que aplicável.

3. Os cursos EFA são desenvolvidos pelas seguintes entidades formadoras:

- a. Os centros de gestão direta e os centros de gestão participada da rede de Centros do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.);
- b. Os estabelecimentos de ensino público, privado ou cooperativo e as escolas profissionais;
- c. As entidades formadoras certificadas pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT);
- d. Outras entidades que, pela sua natureza jurídica e âmbito de atuação, não careçam de certificação como entidade formadora, por contemplarem o desenvolvimento de atividades formativas nos diplomas de criação ou autorização de funcionamento.

4. Compete às entidades formadoras assegurar, designadamente:

- a. O planeamento da formação;
- b. A constituição de grupos de formação;



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

- c. A organização dos recursos humanos e físicos necessários ao desenvolvimento da formação;
 - d. O desenvolvimento da formação em conformidade com os referenciais de competências e de formação relativos às qualificações constantes do CNQ;
 - e. Os procedimentos relativos à avaliação e certificação das aprendizagens dos formandos;
 - f. A organização e disponibilização de toda a informação necessária para os processos de auditoria, acompanhamento e controlo por parte das entidades competentes;
 - g. A articulação com os centros especializados em qualificação de adultos, de forma a possibilitar a obtenção de uma qualificação pelos adultos;
 - h. O registo atempado da formação na plataforma do Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO) e no Passaporte Qualifica, mantendo atualizado os registos dos formandos;
 - i. A celebração de protocolos com empresas ou outras entidades empregadoras, associações empresariais ou socioprofissionais, ou outras organizações, que se adequem à especificidade da área de formação, bem como às características do mercado de trabalho, com vista ao desenvolvimento da formação prática em contexto de trabalho, quando aplicável, acompanhando as atividades formativas desenvolvidas neste âmbito, bem como ao contributo para a integração ou reintegração dos formandos no mercado de trabalho, sempre que aplicável.
- 5. As entidades promotoras e entidades formadoras de cursos EFA devem criar e manter, devidamente atualizados, arquivos da documentação técnico-pedagógica relativos à constituição e desenvolvimento da modalidade desenvolvida ao abrigo das referidas portarias.

Artigo 5º

Estrutura Curricular

- 1. A estrutura curricular dos cursos EFA pode integrar as seguintes componentes de formação, nos termos do artigo 6.º:
 - a. Formação base, que visa a aquisição e o desenvolvimento de conhecimentos, aptidões e atitudes para a capacitação dos adultos e que se considerem necessárias para a obtenção de uma qualificação escolar, de acordo com os referenciais de competências-chave de educação e formação de adultos de nível básico ou de nível secundário;
 - b. Formação tecnológica, que visa a aquisição e o desenvolvimento de conhecimentos, aptidões e atitudes que dêem resposta ao definido no perfil profissional e no referencial de competências associado à respetiva qualificação;
 - c. Formação em contexto de trabalho, que visa a aplicação e a consolidação dos conhecimentos, aptidões e atitudes adquiridas, através da realização de atividades em contexto de empresa, ou de outras entidades empregadoras.
- 2. O processo formativo dos cursos EFA inclui ainda unidades de competência (UC) da área de competências-chave «Competências Pessoais, Sociais e de Aprendizagem» do Referencial de Competências Chave de Educação e Formação



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

de Adultos para os cursos de nível básico e o Portefólio Reflexivo de Aprendizagens para os cursos de nível secundário, com vista ao desenvolvimento de formação centrada em processos reflexivos e de aquisição de saberes e competências que facilitem e promovam as aprendizagens.

Artigo 6º

Organização e desenvolvimento da formação

1. Formação Base – Nível Secundário

A formação base dos Cursos EFA nível secundário integra as seguintes componentes:

- CP – Cidadania e Profissionalidade (8 UFCD)
- STC – Sociedade, Tecnologia e Ciência (7 UFCD)
- CLC – Cultura, Língua e Comunicação (7 UFCD)
- CLC LE (Inglês) – Cultura, Língua e Comunicação – Língua Estrangeira (Iniciação e Continuação)

2. Carga horária - Nível Secundário

Componentes de Formação / Horas de Formação

Percursos Formativos	Condições mínimas de acesso	Componente de Formação			Total	Certificação
		Formação de Base		Portefólio Reflexivo de Aprendizagens (PRA)		
		Nº de UFCD	Nº de horas	Nº de horas		
S-Tipo A	9º ano	22	1100	50	1150	12º ano
S-Tipo B	10º ano *	12	600	25	625	12º ano
S-Tipo C	11º ano *	6	300	15	315	12º ano

* Desde que os candidatos reúnam condições de transição ao ano seguinte.

Nota: Cada UFCD (Unidade de Formação de Curta Duração) corresponde a 50 horas de formação, de acordo com o Referencial de Competências-chave onde se explicitam os resultados de aprendizagem/objetivos a atingir nas referidas UFCD.

3. Percursos formativos – Unidades obrigatórias e opcionais

a. S-Tipo A

Às 1100 horas da formação de base do curso EFA S-Tipo A acrescem 50 horas de Portefólio Reflexivo de Aprendizagens (PRA).

b. S-Tipo B

- Unidades obrigatórias: CP – UFCD 1, 4 e 5; STC – UFCD 5, 6 e 7; CLC – UFCD 5, 6 e 7
- Unidades opcionais: 3 UFCD de qualquer área
- PRA: 25 horas

c. S-Tipo C

- Unidades obrigatórias: CP – UFCD 1; STC – UFCD 7; CLC – UFCD 7
- Unidades opcionais: 3 UFCD de qualquer área
- PRA: 15 horas

Artigo 7º

Referencial de competências e de formação

- Os cursos EFA desenvolvem-se com base em referenciais de competências e ou de formação associados a qualificações integradas no CNQ:
 - Escolares, de nível básico ou de nível secundário, permitindo a obtenção do 1.º ciclo do ensino básico e de qualificações de nível 1, 2 ou 3 do QNQ;



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

- b. Profissionais, permitindo a obtenção de nível 2 ou 4 de qualificação do QNQ.
2. Os cursos EFA podem ainda desenvolver-se com base em referenciais escolares e profissionais, dando origem a dupla certificação e permitindo a obtenção de qualificações do CNQ de nível 2 ou 4 do QNQ.

Artigo 8º

Condições e acesso e organização dos cursos EFA

1. As entidades formadoras referidas no artigo 4.º devem posicionar o adulto em função do seu nível de escolaridade, nos termos dos anexos I, II ou III da Portaria n.º 86/2022, de 04 de fevereiro.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, devem as entidades formadoras desenvolver, nomeadamente em articulação com os centros especializados em qualificação de adultos, um momento prévio de diagnóstico dos formandos, no qual se realiza uma análise e avaliação do perfil de cada candidato e se identifica a oferta de educação e formação de adultos mais adequada.
3. As condições de acesso e a organização dos cursos EFA de nível básico B1, B2 e B3, escolares e de dupla certificação, constam do anexo I à referida portaria, da qual faz parte integrante.
4. As condições de acesso e a organização dos cursos EFA de nível secundário, escolares e de dupla certificação, constam do anexo II à referida portaria.
5. As condições de acesso e a organização dos cursos EFA profissionais associados aos níveis de qualificação 2 e 4 do QNQ, constam do anexo III à referida portaria, da qual faz parte integrante.

6. Os cursos EFA de dupla certificação e profissionais compreendem ainda uma componente de formação em contexto de trabalho, organizada em conformidade com o disposto nos anexos I, II ou III à portaria, sendo esta de carácter obrigatório para o adulto que não exerça atividade profissional correspondente à qualificação em causa ou numa área afim.

Artigo 9º

Carga horária

1. A carga horária dos cursos EFA, variável em função das condições de acesso e de organização, consta dos anexos I, II e III à referida portaria, sendo distribuída pelas componentes de formação de base, de formação tecnológica e de formação em contexto de trabalho, conforme aplicável.
2. À carga horária dos cursos EFA de nível básico e de nível secundário acresce um mínimo de 50 horas para o desenvolvimento da UC da área de competências-chave «Competências Pessoais, Sociais e de Aprendizagem» do Referencial de Competências Chave de Educação e Formação de Adultos — nível secundário e um máximo de 85 horas do Portefólio Reflexivo de Aprendizagem, respetivamente.
3. O número de horas de formação, em dias úteis, deve obedecer aos seguintes limites máximos:
 - a. 7 horas diárias e 35 horas semanais, quando for desenvolvida em regime laboral;
 - b. 4 horas diárias, quando for desenvolvida em regime pós-laboral.



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

Artigo 10º

Constituição dos grupos de formação

1. Os grupos de formação são constituídos por um número mínimo de 15 e um número máximo de 30 formandos.
 2. O número mínimo de formandos referido no número anterior aplica-se unicamente às ações financiadas por fundos públicos.
 3. Nos casos em que uma mesma entidade formadora desenvolva mais do que um curso EFA de dupla certificação, conferindo qualificações diferentes, pode proceder-se à agregação dos grupos na componente de formação base, desde que sejam respeitados o número máximo de 30 formandos na componente de formação base e o número mínimo de 15 formandos na componente de formação tecnológica.
 4. Em situações devidamente fundamentadas, podem ser constituídos grupos de formação com número inferior ou superior aos limites previstos nos números anteriores, desde que garantidas as condições pedagógicas adequadas para satisfazer a qualidade, a eficácia e a eficiência do processo formativo e mediante autorização dos membros do Governo competentes nos termos do n.º 3 do artigo 3.º, com faculdade de delegação.
 5. Os grupos de formação podem ainda integrar formandos inscritos em formações modulares certificadas, desde que observado o previsto nos números anteriores.
- claramente definidas as condições de frequência do curso EFA, nomeadamente quanto à assiduidade e à pontualidade.
2. Para efeitos de conclusão do curso EFA com aproveitamento e posterior certificação, a assiduidade do formando não pode ser inferior a 90 % da carga horária total da formação, incluindo a formação em contexto de trabalho quando aplicável e, cumulativamente, a 50 % da carga horária de cada UC e ou UFCD.
 3. Sempre que os limites estabelecidos no número anterior não sejam cumpridos, cabe à entidade formadora, nos termos do artigo seguinte, apreciar e decidir, casuisticamente, sobre as justificações apresentadas pelo adulto, bem como desenvolver os mecanismos de recuperação necessários ao cumprimento dos objetivos inicialmente definidos.
 4. A assiduidade do formando concorre para a avaliação qualitativa do seu percurso formativo.

Artigo 12º

Justificação de faltas

1. São consideradas justificadas as faltas dadas pelos seguintes motivos:
 - a. Doença do formando, devendo esta ser informada por escrito pelo formando quando determinar um período inferior ou igual a três dias úteis, ou por médico se determinar impedimento superior a três dias úteis, podendo, quando se trate de doença de carácter crónico ou recorrente, uma única declaração ser aceite para a totalidade do ano letivo ou até ao termo da condição que a determinou;
 - b. Isolamento profilático, determinado por doença infetocontagiosa de pessoa que coabite com o formando, comprovada através de declaração da autoridade

Artigo 11º

Contrato de formação e assiduidade

1. O adulto celebra com a entidade formadora um contrato de formação, no qual devem ser



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

sanitária competente;

- c. Falecimento de familiar, durante o período legal de justificação de faltas por falecimento de familiar, previsto no regime de contrato de trabalho dos trabalhadores que exercem funções públicas;
- d. Nascimento de filho ou de irmão, durante o dia do nascimento e o dia imediatamente posterior;
- e. Realização de tratamento ambulatorio, em virtude de doença ou deficiência, que não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas;
- f. Assistência na doença a membro do agregado familiar, nos casos em que, comprovadamente, tal assistência não possa ser prestada por qualquer outra pessoa;
- g. Comparência a consultas pré-natais, período de parto e amamentação, de acordo com a legislação em vigor;
- h. Atividade profissional do adulto, desde que devidamente comprovada pela entidade patronal;
- i. Ato decorrente da religião professada pelo formando, desde que o mesmo não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas e corresponda a uma prática comumente reconhecida como própria dessa religião;
- j. Participação em atividades culturais, associativas e desportivas reconhecidas, nos termos da lei, como de interesse público ou consideradas relevantes pelas respetivas autoridades escolares;
- k. Preparação e participação em atividades desportivas de alta competição, nos

termos legais aplicáveis;

- l. Cumprimento de obrigações legais que não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas;
- m. Outro fato impeditivo da presença na escola desde que, comprovadamente, não seja imputável ao formando ou seja, justificadamente, considerado atendível pelo mediador;
- n. É considerado serviço oficial sempre que o formando se ausente da escola em representação da mesma ou em atividades letivas no exterior, devidamente autorizadas.

Artigo 13º

Direitos e deveres dos formandos

- 1. São direitos do formando, nomeadamente:
 - a. Participar ativamente na formação em harmonia com os referenciais e orientações metodológicas aplicáveis;
 - b. Ser ouvido sobre a organização da formação;
 - c. Receber informação e acompanhamento técnico-pedagógico no decurso da ação de formação;
 - d. Usufruir dos apoios previstos no respetivo contrato de formação em conformidade com os normativos aplicáveis;
 - e. Beneficiar de um seguro contra acidentes, ocorridos durante e por causa da formação, na modalidade de acidentes pessoais, nos casos aplicáveis.
- 2. São deveres do formando, nomeadamente:
 - a. Manter o empenho individual ao longo de todo o processo formativo;



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

- b. Frequentar com assiduidade e pontualidade a ação de formação;
 - c. Tratar com correção todos os intervenientes no processo formativo;
 - d. Guardar lealdade à entidade formadora, designadamente não divulgando informações sobre o equipamento, processos de produção e demais atividades de que tomem conhecimento, durante e após a ação de formação;
 - e. Utilizar com cuidado e zelar pela boa conservação dos equipamentos e demais bens que lhes sejam confiados para efeitos de formação;
 - f. Cumprir os demais deveres legais e contratuais.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, são subsidiariamente aplicáveis as normas relativas aos direitos e deveres do formando consagrados no Contrato de Formação ou equivalente, em vigor na entidade formadora à data do início da ação de formação, documento que, para o efeito, deve ser dado a conhecer pela entidade formadora a todos os intervenientes no início da formação.

Artigo 14º

Regime disciplinar

1. Constituem infrações objeto de medidas corretivas e medidas disciplinares sancionatórias os comportamentos dos formandos suscetíveis de serem considerados perturbadores, censuráveis, graves ou muito graves, designadamente aqueles que:
 - a. Perturbem o normal funcionamento das aulas, com desrespeito pelos formadores e

outros formandos;

- b. Manifestem falta de civismo para com outros membros da comunidade educativa;
- c. Provoquem danos materiais nas instalações, equipamentos, mobiliário e material didático da escola, por comportamento doloso ou negligente;
- d. Provoquem desacatos ou quaisquer atos de violência, ou deles sejam cúmplices;
- e. Desrespeitem o presente Regulamento, as normas de funcionamento da escola ou o Regulamento Interno do Agrupamento.
- f. As medidas corretivas e as medidas disciplinares sancionatórias serão aplicadas em conformidade com o Estatuto do Aluno e com o estabelecido no Regulamento Interno do Agrupamento.

Artigo 15º

Equipa pedagógica

A equipa técnico-pedagógica dos cursos EFA é constituída pelo mediador e pelo grupo de formadores responsáveis por cada uma das áreas de competências-chave que integram a formação de base.

Artigo 16º

Mediador pessoal e social

1. O mediador pessoal e social é o elemento da equipa técnico-pedagógica a quem compete, designadamente:
 - a. Constituir os grupos de formação, participando no processo de recrutamento e seleção dos formandos;
 - b. Dinamizar a equipa técnico-pedagógica no



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

âmbito do processo formativo, salvaguardando o cumprimento dos percursos individuais e do percurso do grupo de formação;

- c. Garantir o acompanhamento e orientação pessoal, social e pedagógica dos formandos;
- d. Assegurar a articulação entre a equipa técnico-pedagógica e o grupo de formação;
- e. Organizar e manter atualizado o processo técnico-pedagógico.

2. Compete aos formadores, designadamente:

- a. Desenvolver a formação na área para a qual estão habilitados;
- b. Conceber e produzir os materiais técnico-pedagógicos e os instrumentos de avaliação necessários ao desenvolvimento do processo formativo, relativamente à área para que se encontra habilitado;
- c. Manter uma estreita cooperação com os demais elementos da equipa pedagógica

3. O mediador não deve exercer funções de mediação em mais de três cursos EFA nem assumir, naquela qualidade, a responsabilidade de formador em qualquer área de formação, salvo em casos excecionais, devidamente justificados e com autorização da entidade competente para a autorização do funcionamento do curso.

4. A acumulação da função de mediador e formador referida no número anterior não se aplica à área de competências-chave «Competências Pessoais, Sociais e de Aprendizagem» do Referencial de Competências Chave de Educação e Formação de Adultos — nível básico e à área de Portefólio Reflexivo de Aprendizagens,

consoante, respetivamente, o nível básico ou secundário do curso EFA.

- 5. Os formadores que desenvolvem as UC e ou UFCD da componente de formação base devem possuir qualificação profissional para a docência na área de competências-chave em que intervêm e, preferencialmente, deter experiência profissional no âmbito da educação e formação de adultos.
- 6. Sem prejuízo do referido no número anterior, as UC da área de competências-chave «Competências Pessoais, Sociais e de Aprendizagem» do Referencial de Competências Chave de Educação e Formação de Adultos de nível básico podem ser desenvolvidas pelos formadores ou pelo mediador.

Artigo 17º **Reposição de aulas**

- 1. Face à exigência de lecionação da totalidade das horas prevista para cada área de competências-chave e de forma a assegurar a certificação dos formandos até à data de encerramento do curso, torna-se necessária a reposição das aulas não lecionadas.
- 2. As horas não lecionadas são recuperadas através dos seguintes mecanismos:
 - a. Permuta entre os professores, em período consagrado na mancha horária e cronograma definidos para a turma, com a obrigatoriedade do conhecimento prévio do mediador e aceitação dos formandos;
 - b. Prolongamento da atividade letiva semanal, desde que haja a concordância dos formandos e sempre com conhecimento da Direção;
 - c. Atividades letivas nos períodos de



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

interrupção letiva.

3. Relativamente às visitas de estudo deve ter-se em atenção o seguinte:

- a. As visitas de estudo que façam parte do plano anual de atividades ou que tenham sido aprovadas em Conselho Pedagógico serão contabilizadas como aulas dadas.

Artigo 18º

Avaliação – Objeto e finalidades

1. A avaliação incide sobre as aprendizagens efetuadas e competências adquiridas, de acordo com os referenciais de formação aplicáveis.
2. A avaliação destina-se a:
 - a. Informar o formando sobre os seus progressos, as dificuldades detetadas e os resultados obtidos no decurso do processo formativo;
 - b. Validar as competências adquiridas em cada UC/UFCD;
 - c. Certificar as competências adquiridas pelos formandos ao terminarem os cursos EFA.

Artigo 19º

Princípios da avaliação

1. A avaliação deve ser:
 - a. Processual, porquanto assente numa observação contínua e sistemática do processo de formação;
 - b. Contextualizada, tendo em vista a consistência entre as atividades de avaliação e as atividades de aquisição de saberes e competências;
 - c. Diversificada, através do recurso a múltiplas técnicas e instrumentos de

recolha de informação, de acordo com a natureza da formação e dos contextos em que a mesma ocorre;

- d. Transparente, através da explicitação dos critérios adotados;
- e. Orientadora, na medida em que fornece informação sobre a progressão das aprendizagens do formando, funcionando como fator regulador do processo formativo;
- f. Qualitativa, concretizando-se numa apreciação descritiva dos desempenhos que promova a consciencialização por parte do formando do trabalho desenvolvido, servindo de base à tomada de decisões.

Artigo 20º

Documento Orientador da Avaliação

1. As normas e critérios de avaliação dos alunos dos cursos EFA constam do *Documento Orientador da Avaliação* do Agrupamento, aprovado pelo Conselho Pedagógico, que constitui o referencial para a avaliação nesta modalidade.
2. O Documento Orientador da Avaliação integra-se no presente Regulamento Interno para todos os efeitos legais e encontra-se disponível para consulta no sítio eletrónico oficial do Agrupamento.

Artigo 21º

CrITÉRIOS de Avaliação

Cumprem o disposto na Portaria nº 230/2008, de 7 de março com a redação da Portaria n.º 283/2011, de 24 de outubro, e estão disponíveis para consulta na página do Agrupamento.



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

Artigo 22º

Prosseguimento de estudos

Os formandos que concluíam o ensino básico ou o ensino secundário através de cursos EFA e que pretendam prosseguir estudos estão sujeitos aos requisitos de acesso das respetivas modalidades de educação e formação.

CAPÍTULO II

FORMAÇÃO MODULAR CERTIFICADA

Artigo 23º

Definição

As Formações Modulares Certificadas (FM) previstas na alínea f) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, na sua redação atual, são regulamentadas pela Portaria n.º 66/2022, de 1 de fevereiro.

Artigo 24º

Objeto e âmbito

1. As formações modulares certificadas constituem-se como uma modalidade de formação de dupla certificação e desenvolvem-se de acordo com os referenciais de competências e de formação associados às qualificações que integram o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).
2. As formações modulares certificadas são capitalizáveis para a obtenção de uma, ou mais do que uma, qualificação de nível 1, 2, 3, 4 ou 5 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) que integre o CNQ.

Artigo 25º

Objetivos

1. As formações modulares certificadas têm como principais objetivos:
 - a. Aprofundar as competências profissionais e relacionais, tendo em vista o exercício de uma ou mais atividades profissionais, uma melhor adaptação às mudanças tecnológicas



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

e organizacionais e o reforço da empregabilidade;

- b. Promover a realização e a certificação de unidades de competência (UC) e ou de unidades de formação de curta duração (UFCD) com finalidade e duração flexíveis e adaptadas às necessidades e disponibilidade do adulto, num contexto de aprendizagem ao longo da vida;
- c. Possibilitar a conclusão de qualificações incompletas previamente obtidas através de outras modalidades de educação e formação do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) ou de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC);
- d. Possibilitar a conclusão e certificação do nível secundário de educação através da realização de módulos de formação inseridos nos referenciais de formação para a educação e formação de adultos de nível secundário do Catálogo Nacional de Qualificações. Esta via concretiza-se pela validação de unidades de competência (UC) da formação de base, de unidades de formação de curta duração da formação tecnológica (UFCD) ou de combinações entre as mesmas, em função do número de disciplinas/ano em falta, em conformidade com a tabela II do anexo B do Decreto-Lei n.º 357/2007, de 29 de outubro;
- e. Permitir a realização e a certificação de percursos de formação de curta e média duração, previamente organizados, de modo a dar uma resposta com coerência e relevância para o mercado de trabalho;
- f. Responder às necessidades de formação do mercado de trabalho, nomeadamente as

identificadas pelas empresas e outras entidades empregadoras da região.

Artigo 26º **Destinatários**

1. As formações modulares certificadas destinam-se a pessoas adultas que, à data do início da formação, tenham idade igual ou superior a 18 anos.
2. A título excecional e sempre que as condições o aconselhem, nomeadamente em função das características do candidato, podem ainda ser destinatárias das formações modulares certificadas as pessoas que, à data do início da formação, ainda não tenham completado 18 anos, desde que se encontrem comprovadamente inseridas no mercado de trabalho ou quando estejam em causa públicos específicos que se encontrem em situação de particular vulnerabilidade social, mediante autorização superior nos termos do nº 3 do artigo 3º da Portaria nº 66/2022, de 1 de fevereiro.

Artigo 27º **Condições de Acesso**

1. A frequência de UC e ou de UFCD integradas em qualificações do CNQ de nível 2 de qualificação do QNQ dirige-se, prioritariamente, a adultos com níveis de habilitação escolar inferiores ao 3.º ciclo do ensino básico.
2. A frequência de UC e ou de UFCD integradas em qualificações do CNQ de nível 3 ou de nível 4 de qualificação do QNQ exige uma habilitação escolar de, pelo menos, o 3.º ciclo do ensino básico.
3. A frequência de UC e ou de UFCD inseridas em qualificações integradas no CNQ de nível 5 de



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

qualificação do QNQ exige uma habilitação escolar de, pelo menos, o nível de ensino secundário ou 3.º ciclo do ensino básico, desde que o adulto esteja a frequentar uma das modalidades de educação ou formação, processo de RVCC de nível secundário ou processo de certificação ao abrigo do Decreto-Lei n.º 357/2007, de 29 de outubro.

Artigo 28º

Contrato de formação e assiduidade

1. O adulto celebra com a entidade formadora um contrato de formação, no qual devem ser claramente definidas as condições de frequência da formação, nomeadamente quanto à assiduidade e à pontualidade.
2. Para efeitos de conclusão das formações modulares certificadas com aproveitamento e posterior certificação, a assiduidade do formando não pode ser inferior a 90% da carga horária total da formação, sempre que a formação se reporte apenas a uma Unidade de Competência ou Unidade de Formação de Curta Duração.
3. Sempre que os limites estabelecidos no número anterior não sejam cumpridos, cabe à entidade formadora, nos termos do artigo seguinte, apreciar e decidir, casuisticamente, sobre as justificações apresentadas pelo adulto, bem como desenvolver os mecanismos de recuperação necessários ao cumprimento dos objetivos inicialmente definidos.

Artigo 29º

Justificação de faltas

Relativamente à justificação de faltas, aplica-se o disposto no artigo 12.º do Curso EFA.

Artigo 30º

Direitos e deveres do formando

Relativamente aos direitos e deveres do formando, aplica-se o disposto no artigo 13.º do Curso EFA.

Artigo 31º

Regime disciplinar

Relativamente ao regime disciplinar, aplica-se o disposto no artigo 14.º do Curso EFA.

Artigo 32º

Formadores

1. Compete aos formadores, designadamente:
 - a. Desenvolver a formação na área para a qual estão habilitados;
 - b. Conceber e produzir os materiais técnico-pedagógicos e os instrumentos de avaliação necessários ao desenvolvimento do processo formativo, relativamente à área para que se encontra habilitado.
2. Os formadores que desenvolvem as UC e ou UFCD da componente de formação base devem possuir qualificação profissional para a docência na área de competências-chave em que intervêm e, preferencialmente, deter experiência profissional no âmbito da educação e formação de adultos.

Artigo 33º

Reposição de aulas

Relativamente à reposição de aulas, aplica-se o disposto no artigo 17.º do Curso EFA.



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

Artigo 34º

Atribuições da entidade formadora

1. Compete às entidades formadoras assegurar, designadamente:
 - a. O planeamento da formação;
 - b. A constituição dos grupos de formação;
 - c. A organização dos recursos humanos e físicos necessários ao desenvolvimento da formação;
 - d. O desenvolvimento da formação em conformidade com os referenciais de competência e de formação que integram o CNQ;
 - e. O desenvolvimento da formação em conformidade com as qualificações e os percursos de formação de curta ou média duração integrados no CNQ;
 - f. Os procedimentos relativos à avaliação e à certificação das aprendizagens dos formandos;
 - g. A organização e disponibilização de toda a informação necessária para os processos de auditoria, acompanhamento e controlo por parte das entidades competentes;
 - h. A articulação com os centros especializados em qualificação de adultos, de forma a possibilitar a conclusão dos percursos de qualificação dos adultos, quando aplicável;
 - i. O registo atempado da formação na plataforma do Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO) e no Passaporte Qualifica, mantendo atualizado os registos dos formandos;
 - j. As entidades formadoras devem criar e manter, devidamente atualizados, arquivos

da documentação técnico-pedagógica relativos à constituição e desenvolvimento das formações modulares certificadas.

Artigo 35º

Constituição dos grupos de formação

1. Os grupos de formação são constituídos por um número mínimo de 15 e um número máximo de 30 formandos.
2. Em situações devidamente fundamentadas, podem ser constituídos grupos de formação com número inferior ou superior aos limites previstos no n.º 1, desde que garantidas as condições pedagógicas adequadas para satisfazer a qualidade, a eficácia e a eficiência do processo formativo e mediante autorização dos membros do Governo competentes, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º, com faculdade de delegação.

Artigo 36º

Processo de avaliação

1. O processo de avaliação compreende:
 - a. A avaliação formativa, que se desenvolve ao longo da formação relativamente aos resultados da aprendizagem, permitindo a sua melhoria e o ajustamento das estratégias formativas;
 - b. A avaliação sumativa, que se expressa com a menção «Com aproveitamento» ou «Sem aproveitamento», em função do formando ter ou não atingido os objetivos da formação.
2. Para efeitos da certificação conferida pela conclusão das formações modulares certificadas, o formando deve obter uma



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

avaliação sumativa positiva, à qual corresponde a menção «Com aproveitamento».

3. A obtenção de uma qualificação através das formações modulares certificadas exige a conclusão com aproveitamento de todas as UC e ou UFCD do percurso formativo em causa, bem como da formação em contexto de trabalho, quando aplicável.
4. Estratégias de Remediação – mecanismos de recuperação para as Unidades de Formação de Curta Duração/Unidades de Competência que não tenham sido validadas por incumprimento da assiduidade prevista. Para recuperação do volume de formação por exceder o limite de faltas permitido, o formando poderá realizar uma ou mais tarefas, de acordo com o definido pelo formador.

processo de validação final perante uma Comissão de Avaliação e Certificação (CAC) integrada num centro especializado em qualificação de adultos.

3. A obtenção de uma qualificação dá lugar à emissão de um diploma pela CAC, através da plataforma SIGO.

Artigo 37º

Critérios de avaliação

Cumprem o disposto na portaria n.º 66/2022, de 01 de fevereiro e encontram-se disponíveis para consulta na página do agrupamento.

Artigo 38º

Processo de certificação

1. A conclusão com aproveitamento de uma ou mais UC e ou UFCD dá lugar à emissão de um certificado de qualificações, a emitir pela entidade formadora, através da plataforma do Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO).
2. Para obtenção de uma qualificação integrada no CNQ, na sequência da conclusão, com aproveitamento, de todas as UC e ou UFCD que a integram, e da formação em contexto de trabalho, quando aplicável, é ainda exigido um



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

CAPÍTULO III PORTUGUÊS LÍNGUA DE ACOLHIMENTO

Artigo 39º

Definição

1. O Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de agosto, definiu um conjunto de medidas que permitem desenhar uma resposta nacional em matéria de migrações, entre as quais se inscrevem os cursos de Português Língua de Acolhimento – Cursos PLA, criados pela Portaria n.º 183/2020, de 5 de agosto, a qual foi alterada pela Portaria n.º 184/2022, de 21 de julho e que definem as regras a que obedecem a sua organização, funcionamento e certificação.
2. Os cursos PLA visam contribuir para o acolhimento e inserção socioprofissional de migrantes que se fixem em Portugal, bem como para a prevenção da sua discriminação em função da origem.

Artigo 40º

Destinatários

1. São destinatários destes cursos cidadãos migrantes com idade igual ou superior a 16 anos, independentemente da situação face ao emprego, cuja língua materna não é a portuguesa, e/ou que não detenham competências básicas, intermédias ou avançadas em língua portuguesa, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECRL), desde que, observados



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

os requisitos previstos no artigo 4º do presente regulamento.

2. Para acesso aos cursos PLA, os candidatos devem ser detentores de título de residência, nos termos da legislação nacional aplicável a cidadãos estrangeiros ou um dos seguintes documentos:
 - a. Comprovativo de que foi iniciado o procedimento para a obtenção, renovação ou prorrogação de título de residência;
 - b. Comprovativo de apresentação do pedido de proteção internacional ou proteção temporária;
 - c. Comprovativo da atribuição do Número de Identificação da Segurança Social (NISS);
 - d. Visto de curta duração para trabalho sazonal, de estada temporária ou de residência, nos termos da legislação nacional aplicável a cidadãos estrangeiros.

Artigo 41º

Entidades formadoras

Os cursos PLA são promovidos pelos estabelecimentos de ensino da rede pública, pela rede de centros de gestão direta e participada do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., e pela rede de Centros Qualifica.

Artigo 42º

Inscrição dos formandos

1. Para efeitos de inscrição na formação, os adultos devem apresentar os seguintes documentos comprovativos:
 - a. Título válido de permanência ou residência ou comprovativo de que foi iniciado o

procedimento para obtenção de legalização, quando aplicável;

- b. Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão, quando aplicável;
- c. Cartão de contribuinte, quando aplicável;
- d. Cartão da Segurança Social, quando aplicável.

Artigo 43º

Organização do curso

1. A formação, no âmbito dos cursos PLA, assenta em quatro percursos, respetivamente, A1 e A2, de nível elementar e B1 e B2, que visam um maior nível de proficiência, de acordo com o quadro seguinte:

Nível de Proficiência Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas	Duração do Percurso (em horas)	Tipo de percurso / Referencial do CNQ
Nível de proficiência A1	75	Percurso A1 - Utilizador Elementar
Nível de proficiência A2	75	Percurso A2 - Utilizador Elementar
Nível de proficiência B1	75 / 100 (*)	Percurso B1 - Utilizador Independente
Nível de proficiência B2	75	Percurso B2 - Utilizador Independente

(*) A UFCD 6399UI – Não é obrigatória para a obtenção da certificação do nível B1.

2. Os cursos PLA estão organizados por referenciais de competências e de formação que constam do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), aos quais correspondem os níveis de proficiência linguística de acordo com o QECRL e a respetiva carga horária.



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

3. O CNQ integra igualmente uma unidade de formação de curta duração específica que deve ser mobilizada quando se verifique que os formandos usam outro alfabeto que não o latino ou outro sistema de escrita.
4. As entidades referidas no artigo 3.º devem aferir o nível de conhecimento de partida da língua portuguesa dos formandos e posicioná-los no nível de proficiência adequado à avaliação feita.
5. A obtenção de um nível de proficiência linguística não está condicionada à realização do nível anterior.
6. Os horários de funcionamento dos cursos PLA devem ser flexíveis, possibilitando a oferta diferenciada em função das necessidades dos formandos.

Artigo 44º

Grupos de formação

1. Tendo em conta os objetivos da formação, os grupos devem ser constituídos em função do conhecimento de partida da língua portuguesa dos candidatos.
2. Cada grupo de formação não pode ter um número de formandos inferior a 15 nem superior a 20.
3. A título excecional, podem ser constituídos grupos com um número de formandos inferior ou superior aos limites referidos, mediante autorização do respetivo serviço competente, devidamente fundamentada em critérios de cobertura geográfica.

Artigo 45º

Contrato de formação e assiduidade

1. O adulto celebra com a entidade formadora um contrato de formação, no qual devem ser claramente definidas as condições de frequência do curso PLA, nomeadamente quanto à assiduidade e à pontualidade.
2. Para efeitos de conclusão do curso PLA com aproveitamento e posterior certificação, a assiduidade do formando não pode ser inferior a 90 % da carga horária total da formação.
3. Sempre que os limites estabelecidos no número anterior não sejam cumpridos, cabe à entidade formadora, nos termos do artigo seguinte, apreciar e decidir, casuisticamente, sobre as justificações apresentadas pelo adulto, bem como desenvolver os mecanismos de recuperação necessários ao cumprimento dos objetivos inicialmente definidos.
4. A assiduidade do formando concorre para a avaliação qualitativa do seu percurso formativo.

Artigo 46º

Justificação de faltas

Relativamente à justificação de faltas, aplica-se o disposto no artigo 12.º do Curso EFA.

Artigo 47º

Direitos e deveres do formando

Relativamente aos direitos e deveres do formando, aplica-se o disposto no artigo 13.º do Curso EFA.



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

Artigo 48º **Regime disciplinar**

Relativamente ao regime disciplinar, aplica-se o disposto no artigo 14.º do Curso EFA.

Artigo 49º **Formadores**

O desenvolvimento dos cursos PLA é assegurado por docentes profissionalizados na área do ensino do Português, preferencialmente com formação específica no ensino do Português como língua estrangeira ou língua segunda, ou por formadores com formação específica na mesma área.

Artigo 50º **Reposição de aulas**

Relativamente à reposição de aulas, aplica-se o disposto no artigo 17.º do Curso EFA.

Artigo 51º **Métodos e técnicas pedagógicas**

1. Os docentes e formadores devem aplicar os métodos e as técnicas que melhor se adequem às características dos formandos e aos conteúdos da formação, com base nos contextos, nos recursos disponíveis e nos resultados de aprendizagem a alcançar.
2. A seleção dos métodos e das técnicas pedagógicas deve permitir o desenvolvimento de um processo formativo adaptado ao ritmo individual e ao acompanhamento personalizado de cada formando, tendo em consideração, nomeadamente, aspetos como o nível geral de alfabetização do formando e o seu reportório linguístico, isto é, a língua materna ou outras línguas por ele utilizadas.

Artigo 52º **Avaliação**

1. A avaliação faz parte integrante do processo formativo e tem como finalidade validar os conhecimentos, as capacidades e as aptidões adquiridas e/ou desenvolvidas pelos formandos, ao longo da formação.
2. A avaliação constitui-se, também, como um processo integrador da prática formativa e, enquanto elemento regulador, tem um carácter predominantemente formativo e contínuo.
3. A conclusão do(s) Percurso(s) implica(m), obrigatoriamente, a obtenção de aproveitamento em cada uma das UFCD que o integram.
4. A avaliação, classificação e elaboração das pautas são da responsabilidade do respetivo formador. O tratamento das reclamações compete ao responsável pedagógico e à Direção.

Artigo 53º **Certificação**

1. A emissão dos certificados de formação respeitantes aos percursos formativos, no âmbito do Português Língua de Acolhimento, tem por base o disposto nos normativos legais em vigor, devendo ser emitidos através do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO).
2. O certificado emitido por entidades formadoras que não sejam estabelecimentos de ensino da rede pública ou que não integrem a rede de centros do IEFP, I.P., carecem de homologação por uma destas entidades.
3. A obtenção do nível A2 de proficiência linguística do utilizador elementar ou superior faz prova do conhecimento de língua portuguesa, nos termos do disposto na alínea d)



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, na sua redação atual, que aprova o Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, e nos termos do disposto nas alíneas e) do n.º 1 do artigo 64.º e g) do n.º 1 do artigo 74.º do Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro, na sua redação atual, que regulamenta o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

4. A emissão dos certificados de formação respeitantes aos percursos formativos, no âmbito do Português Língua de Acolhimento, tem por base o disposto nos normativos legais em vigor, devendo ser emitidos através do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO).

CAPÍTULO IV ENSINO RECORRENTE NOTURNO EM REGIME NÃO PRESENCIAL

Artigo 54º

Objeto

1. Os cursos científico-humanísticos na modalidade de ensino recorrente são regulamentados pela Portaria n.º 242/2012, de 12 de agosto e Portaria n.º 22/2025/1, de 29 de janeiro.
2. Estes cursos são ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo.
3. Organizam-se numa estrutura modular que permite aos alunos uma melhor gestão do seu percurso escolar.

Artigo 55º

Regimes de frequência

1. Os cursos de nível secundário de educação na modalidade de ensino recorrente podem ser frequentados nos seguintes regimes:
 - a. Regime de frequência presencial, em que a avaliação é contínua, sendo os alunos integrados em turmas, com sujeição ao dever de assiduidade;
 - b. Regime de frequência não presencial, em que os alunos realizam provas de avaliação em épocas próprias, definidas no n.º 3 do artigo 6.º do presente regulamento.
2. O único regime em oferta neste agrupamento é o não presencial.



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

Artigo 56º

Matrícula

1. A matrícula em curso de ensino recorrente depende da verificação dos seguintes requisitos pelo aluno:
 - a. Ter completado a idade prevista para a conclusão da escolaridade obrigatória até 31 de agosto do ano em que é efetuada a matrícula;
 - b. Possuir o 9.º ano de escolaridade ou habilitação equivalente, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. É ainda admitida a matrícula de alunos em alguma das condições seguintes:
 - a. Os alunos que tenham completado 16 anos de idade à data prevista no n.º 1 e que pretendam frequentar o sistema modular nos termos previstos no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto;
 - b. Os alunos titulares de cursos científico-humanísticos do ensino recorrente previstos no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, podem matricular-se em novas disciplinas do mesmo curso ou em novo curso de nível secundário de educação na modalidade de ensino recorrente;
3. A efetivação da matrícula depende da apresentação pelo candidato dos documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos fixados no n.º 1 e 2.
4. A matrícula efetua-se até ao dia 31 de dezembro.

Artigo 57º

Organização dos cursos

1. Os cursos organizam-se de acordo com os planos de estudos e as matrizes curriculares dos cursos científico-humanísticos de Ciências e Tecnologias, de Ciências Socioeconómicas, de Línguas e Humanidades e de Artes Visuais, do ensino secundário na modalidade de ensino recorrente aprovados e constantes dos anexos I a IV da Portaria nº 242/2012, de 12 de agosto, da qual fazem parte integrante.
2. Os planos de estudo dos cursos científico-humanísticos do ensino recorrente, construídos sobre a matriz curricular constante no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, integram as componentes de formação geral e de formação específica, bem como o número de módulos capitalizáveis por disciplina e respetiva carga horária semanal.
3. Os planos de estudo e matrizes curriculares referidas no número anterior integram as seguintes componentes de formação:
 - a. A componente de formação geral, que visa contribuir para a construção da identidade pessoal, social e cultural dos alunos;
 - b. A componente de formação específica, que visa proporcionar formação científica consistente no domínio do respetivo curso.
4. A componente de formação específica integra:
 - a. Uma disciplina trienal obrigatória;
 - b. Duas disciplinas bienais, a iniciar no 10.º ano, a escolher de entre as disciplinas bienais da componente de formação específica do respetivo curso;
 - c. Uma disciplina anual no 12.º ano, a escolher de um leque de opções do plano



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

de estudos do respetivo curso.

5. Os cursos organizam-se por disciplina, em regime modular, com um referencial de três anos.

Artigo 58º

Coordenação dos cursos do ensino recorrente

1. A designação e as competências do Coordenador dos cursos do ensino recorrente estão definidas, respetivamente, no artigo 94º e artigo 95.º do Regulamento Interno.

Artigo 59º

Documento Orientador da Avaliação

1. As normas e critérios de avaliação dos alunos do regime de frequência não presencial constam do *Documento Orientador da Avaliação* do Agrupamento, aprovado pelo Conselho Pedagógico, que constitui o referencial para a avaliação nesta modalidade.
2. O Documento Orientador da Avaliação integra-se no presente Regulamento Interno para todos os efeitos legais e encontra-se disponível para consulta no sítio eletrónico oficial do Agrupamento.

Artigo 60º

Reapreciação das provas em regime de frequência não presencial

Os alunos do regime de frequência não presencial podem solicitar a reapreciação das provas que apresentem registo em papel, cumprindo o Agrupamento tudo o que está previsto no artigo 16.º da Portaria n.º 242/2012, de 10 de agosto.

Artigo 61º

Conclusão e certificação

1. Concluem um curso científico-humanístico na modalidade de ensino recorrente de nível secundário de educação os alunos que obtenham aprovação em todas as disciplinas do plano de estudos do respetivo curso.
2. A conclusão de um curso é certificada através da emissão de:
 - a. Um diploma que ateste a conclusão do nível secundário de educação e indique o curso concluído e a respetiva classificação final;
 - b. Um certificado que ateste o nível de qualificação e discrimine as disciplinas e as respetivas classificações finais.
3. Para efeitos de prosseguimento de estudos de nível superior, o certificado referido na alínea b) do n.º 2 contém a menção expressa deste fim, as classificações dos exames realizados e a média final calculada nos termos do artigo 27.º da referida portaria.
4. A requerimento dos interessados são emitidas pelo órgão de gestão e administração da escola, em qualquer momento do percurso escolar do aluno, certidões das habilitações adquiridas, as quais devem discriminar, para as diferentes disciplinas, os módulos concluídos, as respetivas classificações e os fins a que o documento emitido se destina.
5. No caso de o aluno, após conclusão de qualquer curso do ensino secundário, frequentar outro curso, ou outras disciplinas do mesmo ou de outros cursos, a pedido do aluno, e em caso de aproveitamento, será emitida certidão da qual conste a classificação obtida, ou, em caso de conclusão de outro



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

curso, serão emitidos os respetivos diplomas e certificado de conclusão, sem prejuízo do disposto nos n.º 2 e 5 do artigo 5.º da referida Portaria.

6. Após conclusão de um novo curso serão emitidos o diploma e o certificado correspondentes.
7. Os modelos do diploma e dos certificados previstos nos números anteriores são aprovados por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

Artigo 64º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor após aprovação em Conselho Geral.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 62º

Remissão para a legislação aplicável

Em tudo o que não se encontre expressamente previsto no presente regulamento aplicam-se as disposições constantes da legislação em vigor, bem como as orientações emanadas pelas entidades competentes.

Artigo 63º

Casos omissos e situações excecionais

Os casos omissos ou de carácter excecional decorrentes da aplicação do presente regulamento são analisados e decididos pelo Diretor do Agrupamento, no respeito pelas competências legalmente definidas, podendo, quando a matéria o justifique, ser ouvidos os órgãos pedagogicamente competentes.



Regulamento da Educação e Formação de Adultos

Página em Branco

